

# Brasil entra em rota de colisão com os bancos

26/2/89 □ 1º caderno □ 29

## credores

**Rosental Calmon Alves**  
Correspondente

WASHINGTON — Somente cinco meses depois de assinar um amplo acordo de reescalonamento de sua dívida externa com os bancos comerciais, o Brasil está entrando novamente em rota de colisão com os credores e dá sinais de que terá de voltar a atrasar os juros. A Argentina já não paga praticamente nada há quase um ano, enquanto a relação do México com os bancos volta a piorar. Desta vez, porém, o agravamento da crise ocorre num cenário internacional muito mais propício a uma solução política, capaz de reduzir o volume da dívida do Terceiro Mundo.

A idéia de que a dívida externa desses países é impagável nas atuais condições deixou as discussões acadêmicas ou os discursos inconsequentes dos políticos latino-americanos e passou a ser considerada seriamente pelos governos de alguns dos países mais ricos do mundo, como o Japão, a Alemanha Federal e a França. Os Estados Unidos continuam sendo o maior bastião de resistência à idéia de uma solução política, mas aqui também começa a crescer o movimento em favor de algum tipo de alívio para a dívida do Terceiro Mundo.

O presidente George Bush e seu conselheiro de segurança nacional, general Brent Scowcroft, acenderam as esperanças da América Latina, quando anun-

ciaram uma completa revisão da política dos Estados Unidos em relação à dívida. Ao que parece, o Conselho de Segurança Nacional e alguns setores do Departamento de Estado são favoráveis à adoção de uma política mais flexível, para permitir que o estoque da dívida latino-americana seja reduzido e a região volte a crescer. Funcionários que defendem essa posição ressaltam que se não forem tomadas medidas de alívio do peso da dívida sobre a região, as convulsões e crises políticas e sociais na América Latina acabarão afetando a segurança nacional dos Estados Unidos.

O problema é que, por enquanto, quem está mandando é o Departamento do Tesouro, onde o secretário Nicholas

Brady segue à risca a cartilha que herdou de James Baker III. Nas últimas reuniões do Grupo dos Sete, que reúne os países capitalistas mais ricos, Brady se opôs tanto aos planos de alívio da dívida do Terceiro Mundo apresentados pelo Japão quanto aos sugeridos pela França. Ele também está contra a idéia de criação de uma agência internacional, ligada ao Banco Mundial ou ao FMI, que coordenaria um esquema de redução dos débitos.

Para o Brasil, março está surgindo como um mês difícil. O governo não está cumprindo seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional, que congelou os desembolsos do acordo *standby*, e precisa negociar com os banqueiros

comerciais novos termos para o acordo de reescalonamento da dívida. Não se espera uma moratória como a de 1987, mas uma suspensão dos pagamentos é admitida por altas fontes do governo. Desta vez, seria uma moratória não-declarada, para a qual os dois lados parecem estar se preparando.

Fortalecidos com o reforço de suas reservas, capazes de neutralizar calotes tão grandes quanto o do Brasil, os banqueiros já falam em responder ao jogo duro com a mesma moeda. Insinuem processos judiciais contra o governo brasileiro, por desrespeito a cláusulas contratuais, e a imediata suspensão de vitais linhas de crédito que sustentam o comércio exterior do país. O governo brasileiro

avisa que deseja manter boas relações com os credores, mas só paga quando tiver dinheiro em caixa. Para que isso aconteça, adverte, é preciso liberar os créditos entravados no Banco Mundial, e as duas parcelas de US\$ 600 milhões prometidas pelos bancos comerciais.

O ministro Maílson da Nóbrega e sua equipe não parecem estar interessados em levar o Brasil a medir força com os banqueiros. Ao contrário, a estratégia é principalmente ganhar tempo, para ver o que acontece com esses movimentos, agora mais sérios do que nunca, a favor de um alívio, ao menos parcial, do peso da dívida externa para o Terceiro Mundo.